

A ética no Jornalismo. Análise comparativa da cobertura jornalística do conflito russo-ucraniano pelo Telejornal da RTP1 e pelo Jornal das 8 da TVI

Mariana Furtado & Paulo Martins

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal / Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal

mariana.goncalvesfurtado@gmail.com / pmartins@iscsp.ulisboa.pt

Resumo

O presente estudo investiga o cumprimento das normas do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses na cobertura noticiosa televisiva da primeira semana da invasão russa da Ucrânia (de 24 de fevereiro a 2 de março de 2022), no Telejornal, da RTP1, e no Jornal das 8, da TVI. Partindo de um desenho metodológico comparativo, foram utilizadas as técnicas de análise de conteúdo, análise crítica de discurso e entrevista, a editores da secção Internacional dos canais e ao primeiro jornalista português, *freelancer*, a cobrir o conflito a partir do Donbass. Os resultados obtidos sugerem um melhor desempenho da RTP1 em matéria de audição de partes

com interesses atendíveis, de diversificação e identificação de fontes, e de distinção clara entre opinião e notícia. A TVI destaca-se pelo rigor e exatidão, inclusão de fontes envolvidas no conflito e atribuição de opiniões. Em ambos os canais, predominou uma imagética íntima, repleta de vida, e a individualização de figuras políticas, com especial destaque para a de Vladimir Putin. Embora a Rússia desempenhe um papel ativo na maior parte do discurso analisado, a TVI concedeu mais vezes um papel ativo à Ucrânia. Os separatistas das autoproclamadas repúblicas foram excluídos do material da RTP1 e foram apenas quatro vezes referidos nas peças da TVI.

Palavras-chave: Jornalismo; ética e deontologia jornalística; televisão; guerra; Ucrânia.

Ethics in Journalism. Comparative analysis of the news coverage about the Russian-Ukrainian conflict by RTP1's Telejornal and TVI's Jornal das 8

Abstract

This study investigates the Code of Ethics for Portuguese Journalists rules' compliance regarding television news coverage of the first week of the Russian's invasion of Ukraine (from February 24 to March, 2 of 2022) on RTP1's Telejornal and TVI's Jornal das 8. Based on a comparative methodological design, the techniques used were content analysis, critical discourse analysis and interviews with editors of the channels' international sections and the first Portuguese freelance journalist to cover the conflict from Donbass. The results suggest that RTP1 performs better in terms of listening to parties with viable interests, diversifying and identifying sources,

and clearly distinguishing between opinion and news. TVI stands out for its rigour and accuracy, its inclusion of sources involved in the conflict and its attribution of opinions. On both channels, there was a predominance of intimate imagery, full of life, and an individualization of political figures, with a particular focus on Vladimir Putin. Although Russia plays an active role in most of the discourse analysed, TVI gave Ukraine more often an active role. The separatists of the self-proclaimed republics were excluded from RTP1's material and appeared just four times in TVI's stories.

Keywords: Journalism; journalism ethics; television; war; Ukraine.

Data de submissão: 2024-01-03. Data de aprovação: 2024-11-15.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

Introdução

Agentes determinantes na construção social da realidade, os meios de comunicação procuram responder às necessidades culturais e informativas dos cidadãos (McQuail, 2003). A atual conjuntura comunicacional, marcada pela diluição das práticas e valores tradicionais do Jornalismo e na qual “o direto é a regra, a rapidez condição de sobrevivência” (Fino, 2003, p. 69), coloca o Jornalismo numa encruzilhada decisiva, como tem vindo a ser evidenciado pela investigação académica. Impõem-se, a par dos mesmos de sempre, novos desafios, incluindo os criados pelas transformações económicas e tecnológicas, cuja superação exige um “compromisso reforçado com a ética” (Coelho, 2015, p. 1). Um dos velhos desafios que hoje adquirem uma redesenhada centralidade diz respeito ao processo de hipermediatização que, na caracterização dos conflitos bélicos contemporâneos, produz efeitos: “a guerra instalou-se no quotidiano do cidadão comum através dos média e passou a fazer parte do nosso imaginário político e cultural” (Pereira, 2014, p. 154). Em tempos de conflito, também os problemas existenciais do Jornalismo se agudizam, pondo em causa o cumprimento dos seus alicerces éticos e deontológicos (Allan & Zelizer, 2004).

A 24 de fevereiro de 2022, a guerra voltou à Europa, desta vez opondo a Rússia à Ucrânia. A montante da invasão militar de larga escala, levada a cabo pelo exército russo, reside um passado histórico, político e social comum, “de grande complexidade étnica, cultural e religiosa” (Pereira, 2014, p. 340), que ajuda a entender de que forma se enquadra a ação militar no teatro geopolítico contemporâneo.

Considerando o substancial papel dos média “na tomada de conhecimento e na consciencialização de situações de guerra e conflitos” (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2022, p. 1), mas também na construção da interpretação dos eventos por parte do público (Allan, 2004), justifica-se a obrigação ética de reflexão sobre estas questões. Atento à influência dominante da televisão, Fino (2003, p. 69) questiona-se acerca do espaço e tempo que sobram para “a análise distanciada, a confirmação das fontes, ou simplesmente para pensar”.

É neste âmbito que se desenvolve a presente investigação, com o objetivo geral de analisar o cumprimento dos princípios da ética jornalística na cobertura noticiosa televisiva do conflito russo-ucraniano, no Telejornal, da RTP1, e no Jornal das 8, da TVI, entre 24 de fevereiro e 2 de março de 2022 – quadro temporal que compreende a primeira semana da invasão. A partir da pergunta “como foram aplicadas as normas éticas no tratamento jornalístico do conflito russo-ucraniano do Telejornal, da RTP1, e do Jornal das 8, da TVI, entre 24 de fevereiro e 2 de março de 2022?”, estabeleceram-se três objetivos específicos:

Caracterizar a cobertura jornalística do conflito russo-ucraniano pelo Telejornal e pelo Jornal das 8, entre 24 de fevereiro e 2 de março de 2022;

Entender o discurso presente nas notícias e reportagens do Telejornal e no Jornal das 8 sobre o conflito, no mesmo período;

Perceber o cumprimento das normas constantes no Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses na cobertura do conflito.

Ancorado teoricamente em estudos sobre *newsmaking*, *framing* e representações mediáticas, o estudo adotou uma abordagem metodológica mista, combinando análise de conteúdo, análise crítica de discurso e entrevistas. Optou-se pela televisão, por possibilitar simultaneamente a análise do discurso e da imagem – elemento relevante, porque como sublinham diversos autores, os média que a veiculam não são indiferentes aos contextos culturais e às lutas ideológicas – mas também pelo facto de serem “o maior agente do meta-sistema da informação e das notícias” (Cardoso, 2006, p. 166).

1. Enquadramento teórico

1.1 *Newsmaking* e *framing* como fábricas de representações

Segundo Rodrigues, “no mundo contemporâneo, a estratégia comunicacional tornou-se (...) uma outra maneira de prosseguir a guerra” (2001, p. 185), na qual os média participam “da estratégia bélica tanto ofensiva como defensiva” (p. 173). Enquanto instrumentos de representação da realidade, não se limitam a espelhar a realidade objetiva. Pelo contrário, atuam como “oficinas de representações, positivas e negativas” (Barbosa, 2012, p. 235).

O caráter subjetivo da realidade disseminada pelos média afasta os produtos jornalísticos de produções neutras do mundo (Marques, 2017), já que, como refere Bernstein (2002, p. 261), as “representações são seletivas (...) no sentido em que de uma extensa quantidade de informação muito pouca é efetivamente apresentada pelos média.” São três as opções permanentes do Jornalismo: “incluir, excluir e hierarquizar a informação” (Fontcuberta, 2002, p. 33). O que fica do outro lado dos portões do *gatekeeping* acaba excluído – por influência de códigos ideológicos não neutrais e de mapas culturais de significação e descodificação do mundo (Hartley, 1982), não cumpre os requisitos de noticiabilidade. É dessa matéria que se ocupa a área científica do *newsmaking*, desenvolvida no âmbito da organização dos processos produtivos e da própria cultura profissional (Wolf, 1995): dos mecanismos – de ação pessoal dos jornalistas, de ação social, organizacional, do meio físico ou tecnológico, histórica ou cultural – e das características que fazem com que um acontecimento seja noticiado (Sousa, 2000).

Segundo Hall et al. (1999, p. 224), as notícias “são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.” Como produto da interação entre a cultura profissional, as características das práticas produtivas organizacionais (Wolf, 1995) e as forças identificadas por Sousa (2000), os valores-notícia definem-se como uma componente da noticiabilidade, presente em todo o processo de produção jornalística, que pretende responder à pergunta “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (Wolf, 1995, p. 175). Trata-se, portanto, dos elementos que podem abrir os portões da noticiabilidade a um evento, estabelecendo “o que é incluído, o que é excluído, e porquê” (Harcup & O’Neil, 2009, p. 162).

Harcup e O’Neil (2017, p. 13) enumeram 15 valores-notícia, no estudo em que revisitam a sua primeira abordagem empírica, de 2001, e a adaptam ao cenário mediático atual: exclusividade, más e boas notícias, conflito, surpresa, audiovisual, possibilidade de partilha, entretenimento, drama, *follow-up*, elite do poder, relevância, magnitude, celebridade e agenda da organização noticiosa.

Na produção informativa, os média oferecem orientações de interpretação e de descodificação de sentido, ao identificarem um conjunto de mensagens ou ações significativas (Bateson, 1987). Para Gamson e Modigliani (1989, p. 3), os enquadramentos funcionam como “um conjunto de pacotes interpretativos que dão sentido a uma questão.” Além de proporem interpretações poderosas de pedaços da realidade, os média orientam não apenas os eventos, “mas também o nosso envolvimento subjetivo neles”, definindo e estruturando a experiência da realidade (Goffman, 1974, pp. 10-11).

É de ainda maior pertinência pensar as representações mediáticas da realidade no meio televisivo, na medida em que é nele que se assemelham de forma mais próxima à realidade (Bernstein, 2002). Embora o aponte como uma “mera convenção”, Bernstein serve-se do conceito de realismo para traçar a seguinte relação: “quanto mais o realismo de um texto é aceite pelas audiências, menos provável é que questionem as representações que ele oferece, e mais estas representações parecerão naturais” (Bernstein, 2002, p. 262).

1.2 Questões éticas no Jornalismo de guerra

Desde a segunda metade do século XIX que a imagem tem assumido centralidade no relato jornalístico, particularmente na cobertura de conflitos armados, “confundindo-se com a própria história dos correspondentes de guerra” (Pereira, 2014, p. 156). Contudo, foi após as primeiras transmissões ao vivo de imagens do terreno, pelas maiores cadeias televisivas do mundo, nomeadamente a CNN, que se inaugurou uma nova fase na cobertura da guerra e da “condução das próprias ações militares”: uma “guerra em tempo real” e mediada pelo audiovisual, levando a que passasse “definitivamente a travar-se tanto no ecrã como no terreno” (Pereira, 2014, pp. 156-157).

Como sugeria Tuchman referindo-se em geral às notícias (1978, p. 1), também as lentes da CNN se tornaram janelas para o mundo da guerra, cuja vista depende “de a janela ser larga ou pequena (...) de a janela estar virada para a rua ou para as traseiras”. Destas janelas, não raras vezes, é apenas possível observar um nevoeiro espesso – comumente designado por *fog of war*.

Para Lee, a factualidade da cobertura jornalística de uma guerra esfuma-se numa miragem: “os ingredientes da guerra – patriotismo, interesse nacional, raiva, censura e propaganda – conspiram para prevenir relatos objetivos e verdadeiros de um conflito” (Lee, 2020, p. 357). O autor considera que a cobertura jornalística assente nos valores-notícia tradicionais, nomeadamente o relativo ao conflito, atua como uma barreira à produção do Jornalismo para a paz. Como resultado, os média “tornam-se cúmplices voluntários de propaganda em tempos de guerra e podem ajudar a instigar o conflito” (Lee, 2020, p. 360).

Mais do que nunca, a cobertura de guerras impõe-se como um dos maiores desafios, no plano ético, para o Jornalismo (White, 2016). A guerra “expõe de forma mais nítida a lacuna entre a retórica e a realidade que existe no cerne da profissão de jornalista” (Williams, 1992, p. 114). É por esta razão – e pelo facto de, numa guerra, habitualmente se afirmar que a primeira vítima é a verdade – que se exige o reforço da obrigação ético-deontológica dos jornalistas em tais circunstâncias.

No seu estudo sobre o profissionalismo da cobertura de guerra pelos média malaios, Ibrahim et al. (2011, p. 10) concluíram, através de entrevistas a jornalistas, que “a filosofia e os princípios éticos podem ser a melhor orientação para um jornalista ao lidar com as pressões diárias das redações”. Entendida como filosofia moral, a ética “ocupa-se não tanto das normas, mas dos princípios e valores globais que fundamentam racionalmente tais normas” (Fidalgo, 2009, p. 168), enquanto a deontologia é encarada como “um conjunto de deveres (para além dos legais) e regras de conduta que a si mesmos se impõem os profissionais de um determinado sector de atividade”. Não esgotam, porém, “a exigência de um comportamento ético (...) porque as situações concretas nunca estão todas previstas” (Fidalgo, 2009, p. 168).

A montante no processo de produção noticiosa, Wu (2000, p. 126) chamou à atenção para o facto de a explicação para a cobertura internacional desenvolvida pelos média não se dever apenas aos valores-notícia, incluindo na equação o “interesse económico, a disponibilidade de informação e o custo de produção de notícias internacionais”. Nygren et al. (2016), analisando a cobertura da guerra na Ucrânia em 2014 em meios de comunicação ucranianos, russos, polacos e suecos, apontam mais dois fatores explicativos dos diferentes tipos de cobertura produzidos: a cultura profissional jornalística e o contexto político-económico de cada país.

A invasão militar da Ucrânia pela Rússia, iniciada a 24 de fevereiro de 2022, cuja cobertura jornalística é analisada neste artigo, insere-se num clima de tensão que se mantém desde o colapso da União Soviética, em 1991. Laços históricos entre os dois países e o papel da Ucrânia no teatro geopolítico (Branco, 2018, p. 38) constituem elementos essenciais à compreensão do conflito.

O triunfo de Viktor Ianukovitch nas presidenciais ucranianas de 2004 foi fortemente contestado. Denúncias de fraude espoletaram a convulsão política, desencadeando a chamada “Revolução Laranja”.

No centro de “um braço-de-ferro entre a Rússia e o Ocidente” (Pereira, 2014, p. 343), o país ficou à beira de uma guerra civil. Novas eleições levaram ao poder Viktor Yushchenko, favorável a uma aproximação ao Ocidente.

Em 2010, a vitória eleitoral de Ianukovitch inaugurou uma nova fase na história da Ucrânia. A rebelião que tomou o nome da Praça Maidan, movimento de contestação liderado “por um ‘núcleo duro’ bem identificado politicamente, envolvendo (...) nacionalistas radicais e grupos paramilitares de extrema-direita” (Pereira, 2014, p. 344), culminou na deposição do presidente, que se exilou em Moscovo, em 2014. Nesse ano, a Rússia anexou a Crimeia.

Como atesta Pereira (2014, p. 350), embora tenha proclamado disponibilidade para dialogar com Moscovo, Petro Porochenko, presidente ucraniano entre 2014 e 2019, não deixou de investir nas forças militares nacionais. As regiões do Donbass tornaram-se campo de batalha, apontado como sendo “antes de mais, uma expressão do confronto entre dois atores geoestratégicos de primeira grandeza: Estados Unidos e Federação Russa” (Branco, 2018, p. 38). Esforços de negociação, como o protocolo de Minsk, de 2014, frequentemente violado, não estabilizaram as relações entre os dois estados. É neste quadro que se insere a guerra na Ucrânia, que tem vindo a acelerar mudanças geopolíticas e a transição para um mundo multipolar (Chausovsky, 2022).

2. Dimensão empírica

2.1 Desenho de pesquisa

Atendendo à questão nuclear e aos objetivos traçados, o desenho desta pesquisa afigura-se de natureza comparativa, dado que examina dois casos distintos – o Telejornal, da RTP1, e o Jornal das 8, da TVI. Foi tomado em consideração o estatuto de cada um dos canais: o primeiro é público – sujeito a uma missão, quadro legal e de conduta com responsabilidades em termos de serviço público – e o segundo privado.

A escolha do meio televisivo deveu-se ao facto de, em Portugal, a televisão manter “um papel destacado nas dietas informativas da população”, sendo utilizada para acesso a notícias por 67,6% dos portugueses (Cardoso et al., 2023, p. 25). Optou-se pela análise dos jornais televisivos das 20 horas, “verdadeiros encontros quotidianos com a actualidade” (Brandão, 2010, p. 39), que graças ao seu alcance e visibilidade se tornam “importantes instrumentos de cognição social”, colaboradores no processo de construção da realidade, bem como no de inculcação de significado e sentido aos pulsantes acontecimentos da sociedade (Brandão, 2010, p. 38-39).

Desse poder decorrem exigências éticas e de responsabilidade. A concessão do serviço público de televisão português, confiada à RTP, vincula a empresa ao cumprimento de um conjunto de obrigações contratuais e orientações éticas e editoriais específicas de serviço público. Como sintetiza Brandão (2010, p. 38), o serviço público deve “atender à ponderação e a uma visão de interesse público face à crescente mercantilização das notícias onde, sobretudo, se procura a aparência, o conflito, o drama, o insucesso e o espetacular como principais critérios noticiosos.” No entanto, estão consagradas juridicamente, na Lei da Televisão, obrigações gerais para todos os operadores de televisão “que explorem serviços de programas televisivos generalistas, de cobertura nacional” (Lei n.º 27/2007), incluindo a TVI. Entre os deveres previstos, destacam-se, pela sua relevância para este estudo, o rigor, isenção e pluralismo da informação difundida.

O período temporal considerado neste estudo justifica-se por corresponder à primeira semana da invasão russa da Ucrânia. Para a recolha de dados, foi aplicada a técnica de entrevista semiestruturada (a dois dos três entrevistados), enquanto a análise crítica de discurso e a análise de conteúdo foram as técnicas selecionadas para a interpretação dos dados.

Na análise de conteúdo, realizada para cumprir o primeiro objetivo específico, constituíram-se como *corpus* as peças jornalísticas sobre o conflito na Ucrânia emitidas entre 24 de fevereiro e 2 de março de 2022, pelo Telejornal, da RTP1, e o Jornal das 8, da TVI (Quadro 1). As 275 peças recolhidas somam um total de 12 horas, 49 minutos e 36 segundos.

Quadro 1. *Corpus* da análise de conteúdo

Suporte jornalístico	Dia de emissão	Número de peças	Duração da peça mais curta	Duração da peça mais longa	Tempo médio das peças (arredondado à unidade)	Duração das peças do <i>corpus</i>	Duração total do noticiário
RTP1	24/02	22	16"	724"	174"	3817"	4076"
	25/02	26	12"	582"	134"	3485"	5196"
	26/02	17	20"	672"	164"	2788"	3375"
	27/02	18	14"	1235"	244"	4389"	4695"
	28/02	18	25"	540"	175"	3156"	3552"
	1/03	21	46"	300"	155"	3265"	3681"
	2/03	17	44"	284"	134"	2273"	3543"
Total RTP1		139				23173"	28118"
TVI	24/02	35	31"	460"	148"	5192"	6908"
	25/02	25	34"	595"	184"	4595"	6040"
	26/02	20	33"	523"	172"	3441"	4556"
	27/02	17	45"	1125"	182"	3098"	4684"
	28/02	26	23"	1124"	168"	4376"	5524"
	1/03	0					
	2/03	13	29"	677"	177"	2301"	2713"
Total TVI		136				23003"	30425"
Total		275				46176"	61256"

As categorias incluídas (Quadro 2) baseiam-se em variáveis de duas ordens, além da respeitante à identificação: de caracterização e de conduta ética, sendo esta definida com base nos deveres constantes no Código Deontológico (Sindicato dos Jornalistas, 2017) considerados mais pertinentes para os propósitos do presente estudo.

Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente através do software *IBM SPSS Statistics*, recorrendo-se à estatística descritiva e à análise bivariada.

Quadro 2. Grelha da análise de conteúdo

Tipo de variáveis	Categorias de análise	Dimensões das categorias
Variáveis de identificação	Dia	-
	Mês	Fevereiro
		Março
	Suporte	RTP1
TVI		
Variáveis de caracterização	Título	-
	Género jornalístico da peça	Reportagem
		Entrevista
		Entrevista noticiosa
		Notícia
		Análise
		<i>Background</i>
	Enfoque	Última Hora
		Positivo
		Negativo
Neutro		
Variáveis de análise de conduta ética	Art.º 1.º Rigor e exatidão	Sim
		Não
	Audição de partes com interesses atendíveis	Todas ouvidas
		Algumas ouvidas
	Tipo de fonte	Política
		Militar
		Civil
		Perito
		Outra
		Várias
	Presença de fontes envolvidas	Ucranianas
		Russas
		De regiões separatistas
		Russas e ucranianas
		Nenhuma
	Distinção entre notícia e opinião	Russas, ucranianas e das repúblicas separatistas
		Clara
		Difusa
	Art.º 2.º Acusação sem provas	Não se verifica
		Sim
Art.º 7.º Identificação de fontes de informação	Sim	
	Não	
	Não identificadas	
Atribuição de opiniões veiculadas	Clara	
	Difusa	
	Não se verifica	
Art.º 8.º Respeito pela presunção de inocência	Sim	
	Não	
Identificação de menores	Sim	
	Não	
Art.º 9.º Tratamento discriminatório	Sim	
	Não	
Art.º 10.º Respeito pela privacidade	Sim	
	Não	
Recolha de imagens e declarações	Exploração de vulnerabilidade	
	Não exploração de vulnerabilidade	

É importante identificar os critérios que serviram como eixos orientadores para a categorização de algumas variáveis do corpus da análise de conteúdo. Nas variáveis de caracterização, a categoria “Género jornalístico da peça” permite “verificar os níveis de representação da informação factual, descritiva (...) da informação interpretativa (...) e ainda da presença de géneros opinativos” (Cruz, 2008, p. 223). Foram incluídas, separadamente, as dimensões “Entrevista” e “Entrevista noticiosa”, pelo facto de a primeira servir para categorizar entrevistas feitas a comentadores ou outros convidados (não jornalistas) nos jornais audiovisuais e a segunda se referir especificamente a entrevistas realizadas pelo pivô aos correspondentes no terreno, isto é, entre pares (Cruz, 2008).

Cabe ainda, no âmbito desta variável, um esclarecimento sobre a categoria “Última Hora”, passível de ser enquadrada como subgénero da notícia. Foi-lhe conferida uma dimensão própria para que, depois de realizada a análise de conteúdo, fosse possível, se os resultados obtidos atestassem a sua pertinência, extrair conclusões quanto à ênfase atribuída ao imediatismo da informação transmitida. As chamadas *breaking news*, no mundo anglo-saxónico, embora assentem no conceito de uma informação recente que urge transmitir rapidamente, como qualquer notícia, devem cumprir de forma cumulativa as seguintes condições: tratar-se de uma informação extraordinária, única, uma novidade absoluta, ser de interesse geral e ter um impacto acentuado (Stănescu, 2015, p. 82).

A categoria “Enfoque” possibilita a atribuição de um valor positivo, negativo ou neutro aos conteúdos estudados, com base no “que os jornalistas interpretaram explicitamente, através do discurso, ou implicitamente, através do tratamento de edição audiovisual, e que nos ajudaram a perceber a direcção dos seus materiais noticiosos” (Cruz, 2008, p. 314). Segundo Cruz (2008, p. 311), é, por isso, “possível perceber uma posição explícita (substantivos, adjetivos, predicados, advérbios) ou implícita (ironia, imagens mais ou menos expressivas dos factos, etc.)”.

Quanto às variáveis de análise de conduta ética, apresentamos no Quadro 3 os critérios adotados para a categorização.

Quadro 3. Explicitação de critérios da análise de conteúdo

Categorias de análise	Explicitação de critérios
Rigor e exatidão e audição de partes com interesses atendíveis	<p>Verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> * das premissas presentes no artigo 1.º do Código Deontológico: “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso” (Sindicato dos Jornalistas, 2017); * de que o discurso emitido pelo jornalista foi baseado em informação ajustada à realidade, com um “reduzido grau de indeterminação”. Isto é: livre de erro, imprecisão, dúvida ou distorção (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, s. d.); * da existência de “confrontação [ou tentativa de confrontação] de versões e opiniões sobre as matérias tratadas”, neste caso, das fações beligerantes nos factos noticiados, examinando o cumprimento da “audição das partes conflituais (...), conferindo-lhes igual relevância” (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2018, p. 94).
Tipo de fonte	<p>Verificação da natureza das fontes consultadas. A dimensão “Outra” visou permitir a categorização de fontes que, não sendo políticas, militares, civis ou peritas, não se afiguravam pertinentes para estudar no âmbito de um trabalho sobre a cobertura jornalística de uma guerra (evitando também valores omissos). A dimensão “Várias” serviu para categorizar peças jornalísticas que recorrem simultaneamente a um conjunto de fontes. Foi incluída para ser possível retirar conclusões quanto à diversidade de fontes consultadas na mesma peça, mas também para registar cada unidade de análise em apenas uma categoria.</p>
Distinção entre notícia e opinião	<p>Verificação da identificação de matérias de opinião transmitidas, quer estas tenham sido emitidas pelo jornalista, quer por terceiros. Segundo o artigo 1.º do Código Deontológico (Sindicato dos Jornalistas, 2017), “a distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público”.</p>
Atribuição de opiniões veiculadas	<p>Verificação de que as declarações com valor opinativo ou valorativo foram imputadas a alguém, de forma explícita (através, por exemplo, do nome da pessoa individual ou da instituição) – o que corresponde a atribuição clara – ou de forma menos direta (uma identificação <i>on background</i>: “sem indicação do nome ou cargo que faz determinada citação, mas dando-se alguns elementos identificativos”) – atribuição difusa (Lopes, 2016, p. 184). Os restantes casos, em que a fonte é anónima e “não se apresenta qualquer indicação” (Lopes, 2016, p. 184) sobre o seu autor, foram classificados como “não se verifica”.</p> <p>Verificação do respeito pelo artigo 7.º do Código Deontológico (Sindicato dos Jornalistas, 2017), segundo o qual “as opiniões devem ser sempre atribuídas”.</p>

Com vista a atingir o segundo objetivo específico, aplicou-se a técnica de análise crítica de discurso a um subcorpus, composto pelos blocos noticiosos dos dois primeiros dias da invasão russa da Ucrânia (Quadro 4).

Quadro 4. Corpus da análise crítica de discurso

Suporte jornalístico	Dia de emissão	Número de peças
RTP1	24/02	21
	25/02	22
TVI	24/02	27
	25/02	18
Total		88

A aplicação desta técnica (Quadros 5 e 6) seguiu a abordagem de Leeuwen, desenvolvida por Amer (2017, p. 4), no estudo sobre a cobertura da guerra em Gaza, de 2008 a 2009, pelos jornais *The Guardian*, *The Times London*, *The New York Times* e *The Washington Post*. A técnica foi também aplicada a modalidades semióticas, visando as imagens visuais veiculadas nas peças noticiosas e as suas estruturas representacionais, através de uma adaptação à abordagem aplicada por Wafa (2019), partindo da gramática de design visual de Kress e van Leeuwen (1996), por sua vez baseada no esquema de Halliday (1985).

Quadro 5. Grelha da análise crítica de discurso (componente do discurso)

Categorias de análise	Dimensões das categorias	Explicitação de critérios
Inclusão/exclusão de atores sociais nos oráculos e no discurso jornalístico	-	Presença de países ou organizações.
Atribuição de papéis aos atores sociais nos oráculos e no discurso jornalístico	Ativo	Representação dos “atores sociais como ativos e dinâmicos nas atividades” (Amer, 2017, p. 5).
	Passivo	Representação dos atores sociais como “sujeitos à atividade (objeto) ou como destinatários finais da atividade” (Amer, 2017, p. 5).
	Ambos	Dupla representação do ator social numa peça.
Temáticas dos oráculos	Movimentações militares	-
	Reações armamentistas e penalizações económicas	-
	Fuga de civis ucranianos	-
	Plano diplomático internacional	-
Adjetivação no discurso jornalístico	-	Presença de adjetivos no discurso jornalístico.
Assimilação e individualização	Assimilação	Representação dos atores sociais como grupos (“os ucranianos”, “o país”).
	Individualização	Representação dos atores sociais como indivíduos.
	Ambas	Dupla representação do ator social numa peça.

Quadro 6. Grelha da análise crítica de discurso (componente imagética)

Categories de análise	Dimensões das categorias	Explicitação de critérios
Distância social das imagens	Plano geral	Verificação do(s) sujeito(s) das imagens enquadradas pelos três tipos de planos.
	Plano médio	
	Plano fechado	
Reconhecimento visual de atitude	Ângulos horizontais	Verificação do(s) sujeito(s) das imagens captadas ao nível do que é representado.
	Ângulos verticais	Verificação do(s) sujeito(s) das imagens captadas de cima para baixo ou vice-versa.

Por último, para responder ao terceiro objetivo, foram realizadas três entrevistas: aos editores da área internacional da RTP, Márcia Rodrigues, e da TVI, Filipe Caetano – também presente no terreno enquanto enviado especial – e ao freelancer Bruno Amaral de Carvalho, primeiro jornalista português a cobrir o conflito a partir do Donbass. Márcia Rodrigues respondeu a questões por escrito. As outras duas entrevistas foram de natureza semiestruturada. Deve ser referido ainda que as entrevistas com os editores de política internacional dos canais televisivos em estudo e com um enviado especial ao local ajudaram a verificar e a encontrar explicações para os resultados obtidos nas análises de conteúdo e de discurso, mas sobretudo nas variáveis relacionadas com a conduta ética.

2. 2 Apresentação de resultados

Análise de conteúdo

Os resultados obtidos através da análise de conteúdo, partindo de um corpus equilibrado (50,5% das peças são da RTP1 e 49,5% da TVI¹), revelam que as peças sobre o conflito russo-ucraniano ocuparam cerca de 82% e de 76%, respetivamente, dos principais blocos noticiosos da RTP1 e da TVI.

Uma análise mais fina das categorias permite detetar similitudes e diferenças de cobertura (Quadro 7). É pertinente, desde logo, referir que, no período temporal tratado, todas as peças de abertura, nos dois canais, elegeram o tema. Em relação aos géneros jornalísticos utilizados, destacou-se a reportagem, que atingiu valores muito mais elevados do que os restantes em ambos os programas. Ambos os canais adotaram um enfoque predominantemente neutro.

1. Por se considerar que seriam redundantes, de pouca relevância jornalística e informativa, e não suscetíveis de categorização, os segmentos de promoção e introdução das peças foram excluídos. O mesmo sucedeu com a emissão do Jornal das 8 do dia 1 de março de 2022, não disponível na plataforma digital TVI Player.

Quadro 7. Resultados da análise de conteúdo

		Telejornal	Jornal das 8
Género jornalístico	Reportagem	53,2%	48,5%
	Entrevista	2,3%	2,9%
	Entrevista noticiosa	16,5%	17,6%
	Notícia	19,4%	17,6%
	Análise	4,3%	7,4%
	<i>Background</i>	2,9%	1,5%
	Última hora	1,4%	4,5%
Enfoque	Positivo	7,2%	4,4%
	Negativo	21,6%	30,2%
	Neutro	71,2%	65,4%
Rigor e exatidão	Sim	89,2%	94,1%
	Não	10,8%	5,9%
Audição de partes com interesses atendíveis	Todas ouvidas	48,9%	39,7%
	Algumas ouvidas	51,1%	60,3%
Tipo de fonte	Política	35,9%	41,3%
	Militar	3,9%	5,5%
	Civil	20,4%	20,2%
	Perito	0%	0,9%
	Outra	10,9%	2,7%
	Várias	28,9%	29,4%
	Ucraniana	40,7%	42,2%
Presença de fontes envolvidas	Russa	7%	6,4%
	Russa e ucraniana	16,4%	19,3%
	Nenhuma	35,9%	31,2%
	Russa, ucraniana e das repúblicas separatistas	0%	0,9%
Identificação de fontes de informação	Identificadas	90,6%	87,2%
	Não identificadas	9,4%	12,8%
Identificação de menores	Sim	63,6%	85,7%
	Não	36,4%	14,3%
Distinção entre notícia e opinião	Demarcação clara	14,3%	3,2%
	Demarcação difusa	57,1%	77,4%
	Não há demarcação	28,6%	19,4%
Atribuição de opiniões veiculadas	Atribuição clara	82,9%	88,4%
	Atribuição difusa	14%	10,7%
	Não há atribuição	3,1%	0,9%
Respeito pela privacidade	Sim	92,8%	98,5%
	Não	7,2%	1,5%
Recolha de imagens e declarações	Exploração de vulnerabilidade	9,4%	3,7%
	Não exploração de vulnerabilidade	90,6%	96,3%

Quanto ao cumprimento de normas deontológicas, apurou-se que a TVI respeitou mais vezes o dever de rigor e exatidão da informação do que a RTP1 (uma diferença de quase cinco pontos percentuais). Contudo, ao nível da audição das partes, no Telejornal foram ouvidas mais vezes todas as detentoras de interesses atendíveis na matéria noticiada do que no Jornal das 8. A TVI recorreu mais vezes a fontes políticas e militares. Menores diferenças foram identificadas ao analisar a presença de fontes envolvidas no conflito. Porém, apenas a TVI apresentou uma peça em que incluiu simultaneamente fontes russas, ucranianas e das repúblicas separatistas. Na categoria relativa à identificação, em geral, das fontes de informação, os valores também são próximos. É de assinalar, ainda assim, o facto de o Telejornal ter ocultado a identidade de menores muito mais vezes.

A separação entre notícia e opinião, outro princípio ético-deontológico fundamental, foi operada de forma mais clara na RTP1, sendo certo que não podem ser ignorados os valores integrados na distinção difusa entre os dois planos – elevados em ambos os casos, mas ainda mais no Jornal das 8. A TVI atribuiu claramente opiniões veiculadas em quase 90% das peças, muito mais frequentemente do que a RTP1.

Embora os valores relativos ao respeito pela privacidade sejam bastante elevados, ficou patente que na TVI atingiu quase o pleno das peças. O estudo também demonstra que este canal explorou muito menos a vulnerabilidade das fontes na recolha de imagens e declarações. Não se registaram quaisquer casos de tratamento discriminatório ou de acusação sem provas.

Análise do discurso

Nos primeiros dois dias da invasão, verificou-se que o conteúdo dos oráculos do Telejornal e do Jornal das 8 apresentou um cariz informativo e factual. Os atores sociais mais representados nos títulos das peças da RTP1 (Quadro 8) foram a Ucrânia, seguindo-se a Rússia e as organizações internacionais. A TVI concedeu uma frequência semelhante de representação aos dois atores diretamente envolvidos no conflito, seguidos dos Estados Unidos (EUA), sempre protagonistas ativos da ação.

Quadro 8. Atores sociais representados nos títulos

Atores	Telejornal	Jornal das 8
Rússia	33 %	35%
Ucrânia	38 %	35%
EUA	7%	14%
NATO	7%	2%
Portugal	7%	7%
Organizações internacionais	8%	7%

A Ucrânia aparece referida mais vezes num papel passivo e a Rússia num papel ativo, em ambos os canais (Quadro 9).

Quadro 9. Papéis dos atores sociais representados nos títulos

Atores	Papel	Telejornal	Jornal das 8
Rússia	Ativo	60%	75%
	Passivo	40%	25%
Ucrânia	Ativo	35%	44%
	Passivo	65%	56%
EUA	Ativo	100%	100%
	Passivo	0%	0%
NATO	Ativo	100%	100%
	Passivo	0%	0%
Portugal	Ativo	100%	100%
	Passivo	0%	0%
Organizações internacionais	Ativo	75%	33%
	Passivo	25%	67%

Os títulos de ambos os canais podem ser divididos em quatro temáticas principais: movimentações militares (“Central de Chernobyl controlada pelos russos”, RTP1, 24/02); respostas armamentistas e penalizações económicas (“Biden anuncia novas sanções contra a Rússia”, TVI, 24/02); fuga de civis ucranianos (“Milhares de ucranianos em fuga”, RTP1, 24/02); e o plano diplomático internacional (“Reunião das Nações Unidas sem avanços”, TVI, 24/02). Enquanto a RTP1 distribuiu de forma mais equilibrada as quatro temáticas, a TVI atribuiu prevalência aos oráculos sobre o campo de operações militares, seguindo-se as sanções e a diplomacia.

Quanto à adjetivação, constatou-se que foi mais significativa na TVI. Predominaram adjetivos de cunho negativo, como “terrível” e “aterrador” (RTP1, 24/02), “arrepante” (RTP1, 25/02), “perturbador”, “visceral” e “violenta” (TVI, 25/02) tanto no Telejornal como no Jornal das 8. Também se registou a utilização de adjetivos positivos, como “poderosas” (RTP1, 24/02), “gigantes” (RTP1, 25/02) e “fortes” (TVI, 24/02) para descrever designadamente ataques, sanções e filas de trânsito, bem como de adjetivos que revelam espanto (no caso da TVI): “inérita” e “surreais” (24/02), “surpreendente” e “impressionantes” (25/02). Em alguns casos, observou-se, no mesmo excerto, adjetivação de natureza positiva e negativa (exemplo: “Sabe que de um lado tem uma fronteira má, de onde veio o invasor, a Rússia, e do outro a fronteira boa, que abriu as portas para receber aqueles que fogem da guerra”, TVI, 24/02). Aqui, o adjetivo “má” caracteriza a fronteira da Ucrânia com a Rússia (e a Bielorrússia), enquanto o adjetivo “boa” é dirigido à fronteira ucraniana com a Europa Central.

No que respeita aos atores sociais no discurso jornalístico (Quadro 10), destacaram-se, naturalmente, a Ucrânia e a Rússia. Verificou-se ainda a inclusão, por ordem decrescente de frequência, da Europa, EUA, Portugal, NATO e ONU (e, no caso da RTP1, da China). Outros envolvidos no conflito, os “separatistas”, foram referidos como atores sociais apenas em quatro peças noticiosas da TVI, em regra com um papel passivo na ação, submetidos à atividade de outra força, como quando se afirma (24/02) que “Vladimir Putin decidiu mesmo invadir o vizinho, alegadamente para proteger os separatistas do Donbass”.

Quadro 10. Atores sociais representados no discurso jornalístico

Atores	Telejornal	Jornal das 8
Rússia	27 %	29%
Ucrânia	32 %	41%
EUA	9%	6%
NATO	4%	2%
Europa	15 %	13%
ONU	2%	4%
Portugal	7%	5%
China	4%	0%

Sublinhem-se duas diferenças principais, neste aspeto, entre o Telejornal e o Jornal das 8 (Quadro 11). A TVI atribuiu um papel passivo à Rússia metade das vezes da RTP1 e concedeu mais vezes um papel ativo à Ucrânia. O canal privado imputou um papel ativo menos vezes a Portugal e mais do dobro das vezes à Europa do que o canal público. E, ao contrário da RTP1, atribuiu sempre um papel ativo aos EUA.

Quadro 11. Atribuição de papéis aos atores sociais

Atores	Papel	Telejornal	Jornal das 8
Rússia	Ativo	68%	66%
	Passivo	14%	7%
	Ambos	18%	27%
Ucrânia	Ativo	38%	50%
	Passivo	8%	8%
	Ambos	54%	42%
Separatistas	Ativo	-	25%
	Passivo	-	50%
	Ambos	-	25%
Europa	Ativo	42%	85%
	Passivo	25%	0%
	Ambos	33%	15%
EUA	Ativo	86%	100%
	Ambos	0%	0%
	Ambos	14%	0%
Portugal	Ativo	57%	40%
	Passivo	0%	0%
	Ambos	43%	60%
NATO	Ativo	67%	100%
	Passivo	33%	0%
	Ambos	0%	0%
ONU	Ativo	100%	100%
	Passivo	0%	0%
	Ambos	0%	0%

Em ambos os blocos informativos, foram detetados processos de assimilação e individualização (Quadro 12). O que se destacou neste campo, quer na RTP1 quer na TVI, foi a consistente utilização de referências específicas e de individualização de figuras políticas, enquanto à restante sociedade, salvo exceções, couberam referências genéricas como “povo”, “nós, europeus”, “nosso Portugal” ou “ucranianos civis”. Os representantes políticos e diplomáticos e, sobretudo, os presidentes dos países beligerantes detiveram referências específicas. Contudo, assinala-se uma importante diferença: Vladimir Putin é mencionado de forma específica e individual o triplo das vezes de Volodomir Zelensky, embora a alusão à Ucrânia seja mais frequente do que à Rússia.

Quadro 12. Processos de assimilação e individualização

	Telejornal	Jornal das 8
Assimilação e individualização	Assimilação	34%
	Individualização	11%
	Ambas	55%

No que respeita à distância social transmitida pelas imagens, os resultados são semelhantes. Os planos gerais foram utilizados para mostrar cidades, filas, destroços, multidões nas ruas, material de guerra, movimentações e ataques militares. Os planos médios, na RTP1, transmitiram a imagem de pessoas, *bunkers* e figuras políticas, enquanto na TVI serviram também para exibir manifestantes, destroços e bebês numa maternidade. Os planos de detalhe, nos dois canais, mostraram imagens de cartazes e telemóveis. Assim, deduz-se que quando o objeto principal da imagem são pessoas (civis, maioritariamente) ou elementos simbólicos como malas, a distância social sentida pelo espetador reduz-se, graças à utilização de planos mais próximos.

Os ângulos horizontais predominaram. Contudo, é de realçar o frequente recurso a ângulos verticais. Nos ângulos de cima para baixo, as lentes das câmaras captaram multidões de refugiados, crianças no chão, pessoas sentadas em *bunkers*, movimentações de forças militares, bombardeamentos e ataques. De baixo para cima, foram enquadradas imagens de destruição (nomeadamente de edifícios), material de guerra, bandeiras e pessoas a caminhar.

Entrevistas

A partir dos resultados das entrevistas, que tal como a análise de conteúdo das peças noticiosas serviram para responder ao terceiro objetivo específico do estudo (perceber em que medida as normas constantes no Código Deontológico foram cumpridas), verifica-se concordância de opiniões em assuntos como a representação limitada de um dos lados do conflito, embora as causas apresentadas nem sempre sejam coincidentes.

Sendo a guerra uma situação extrema, como salienta Márcia Rodrigues, Filipe Caetano divide as principais dificuldades acrescidas na cobertura jornalísticas em duas dimensões: as sentidas na redação – que se prendem com a gestão do abundante fluxo informativo, a capacidade de comprovação de factos e a dependência de fontes internacionais, como agências de notícias consideradas credíveis, na ausência de enviados especiais – e as dificuldades no terreno, sobretudo de locomoção e de acesso às fontes e locais relevantes, do ponto de vista noticioso.

Para Bruno de Carvalho, são muitos os constrangimentos num cenário de guerra, designadamente problemas de segurança, meios de transporte, desconfiança da população e regras impostas pelas autoridades locais. Apesar de reforçarem a centralidade do imperativo ético-deontológico dos jornalistas nestas situações, os dois repórteres que passaram pelo terreno falam da influência dos condicionalismos enfrentados em teatro de guerra. Caetano admite, inclusive, erros na aplicação de deveres deontológicos:

“Não devemos ter medo de admitir erros. Eu acho que foram cometidos alguns erros no início da guerra, na transmissão de algumas imagens que se confirmou não serem reais ou eram descontextualizadas. Até chegaram a ser utilizadas imagens que pareciam reais e eram jogos de computador ou imagens que não eram daquele momento”.

Sobre os cuidados a tomar para fazer face às exigências da situação, Filipe Caetano coloca-os no âmbito do “bom senso” e da sobrevivência no terreno. Ao contrário dos “mil cuidados” que Carvalho afirma ter adotado – até pelo nível de crítica e escrutínio de que se sentia alvo, por cobrir o conflito a partir do “outro lado” –, Caetano invoca os “cuidados normais de resposta a essas guerras, que estão no Código Deontológico e que são inerentes a qualquer jornalista”.

Os dois repórteres sustentam ter ocorrido uma cobertura “avassaladora” desta guerra, a partir de fevereiro de 2022. A editora de Política Internacional da RTP, Márcia Rodrigues, aponta o facto de se tratar do “maior conflito em solo europeu desde a II Guerra Mundial” como principal justificação para a intensa cobertura produzida. O editor da TVI, Filipe Caetano, invoca outro tipo de fatores: as capacidades técnicas e de diversificação da informação, a existência de enviados especiais, a experiência de jornalistas destacados e o interesse por parte da população levaram à aposta da TVI, que, em seu entender, daria ao canal “vantagem em relação aos concorrentes”.

Quanto às questões relacionadas com o frequente recurso a diretos nos noticiários televisivos e com a identificação de menores, apresentam-se as posições dos editores:

Márcia Rodrigues (RTP)	Filipe Caetano (TVI)
“Os diretos são fundamentais para atualizar as reportagens e para dar contexto aos acontecimentos. Nos telejornais, as peças são curtas por natureza. Daí a relevante função dos diretos, que muitas vezes também se reportam a acontecimentos que ocorrem nesse momento”	“Os diretos e o trabalho dos enviados especiais a transmitirem aquilo que experienciam no terreno são a mais-valia da diversidade e da importância dos diretos”
“As crianças são filmadas com autorização das famílias ou de quem as acompanha”	“A questão das crianças é sempre sensível. (...) Temos de ter cuidado em não mostrar imagens gratuitas. (...) A imagem da criança nunca deve ser explorada; deve ser protegida, mas respondendo à necessidade de denúncia de crimes de guerra a criança poderá ser mostrada, sob autorização de um familiar adulto”

Pelo exposto, infere-se uma valorização do contributo dos diretos televisivos em ambos os canais, bem como um cuidado na captação de imagens de crianças, que é relevante: o consentimento por parte de responsáveis por elas.

Quanto ao nível da pluralidade e diversificação da cobertura do conflito, a opinião é consensual e sintetiza-se nas palavras de Márcia Rodrigues: “Como não é dado acesso a uma das frentes de combate nem a muitos dos responsáveis russos, ao contrário do que sucede com a Ucrânia, não podemos afirmar que é plural, no sentido de igual cobertura dos mesmos acontecimentos.” A editora da RTP salienta a inacessibilidade a um dos lados: a Rússia não permitia a presença de meios de comunicação junto das suas frentes de combate, exceto de alguns correspondentes ocidentais em Moscovo. O editor de Política Internacional da TVI, tendo expressado a sua vontade de abertura de informação e análise no canal, e de cobrir as forças separatistas, afirmou não ter conseguido obter autorização para trabalhar. Caetano avançou com a seguinte explicação: “Eu tentei durante muito tempo (...) [mas] não consegui, não me foi dada autorização (...) não é uma questão de escolha, é uma questão de acesso, de facilidade de acesso, em primeiro lugar.”

Bruno de Carvalho refuta a tese dos editores televisivos:

“Quem tem autorização para trabalhar em Moscovo, tem autorização para trabalhar no Donbass. (...) A pergunta que se devia fazer era: ‘há esse entrave, mas vocês tentaram? Tentaram, ao menos?’ Eu acho que não tentaram. Tentam arranjar uma desculpa para não mandarem ninguém para lá, porque não têm interesse em cobrir aquela zona.”

Na perspetiva do repórter, a exclusão do lado separatista e a falta de pluralidade deveu-se, acima de tudo, a uma opção editorial, sintomática “daquilo em que se tornou o jornalismo, nas últimas décadas”.

2.3 Discussão conclusiva

Esta pesquisa procurou apurar “como foram aplicadas as normas éticas no tratamento jornalístico do conflito russo-ucraniano do Telejornal, da RTP1, e do Jornal das 8, da TVI, entre 24 de fevereiro e 2 de março de 2022?”. A análise de conteúdo revelou que os dois blocos noticiosos produziram uma cobertura abundante do conflito. Um sinal da valorização atribuída ao tema é o facto de ter sido escolhido para todas as peças de abertura.

A estratégia editorial adotada apresentou semelhanças ao nível do género jornalístico mais utilizado. Prevaleram a reportagem, a notícia e entrevistas noticiosas, embora a TVI tenha recorrido mais vezes ao género de análise e à chamada “Última Hora”. Para o editor de Política Internacional da TVI, que afirmou não se recordar de ter sido feito “um investimento tão grande por parte dos meios de comunicação social portugueses” no envio de repórteres para uma zona em conflito, esta decisão editorial foi tomada em função da maior proximidade que um jornalista português consegue estabelecer com o espetador. É importante sublinhar, a este propósito, a abordagem de Robinson (2004, p. 100), que questiona a ideia de que os ciclos noticiosos constantes e em tempo real oferecem “maiores audiências, profundidade de análise ou compreensão”, dado que uma parte significativa desse conteúdo é, no seu entender, altamente repetitiva.

Sobre a valorização dos factos, apesar de seguirem uma distribuição próxima, a RTP1 adotou, com maior frequência, um enfoque neutro e positivo, enquanto o da TVI foi mais negativo. Cruz (2008, p. 311) invoca a natureza comercial dos canais privados como um “fator predisponente na focalização de aspetos negativos”.

Apesar das suas obrigações de serviço público, foram as peças produzidas pela RTP1 que com maior frequência exploraram a vulnerabilidade na recolha de imagens e declarações, e desrespeitaram a privacidade – não aplicando rigorosamente várias normas deontológicas. É interessante observar estes resultados à luz das considerações de Brandão (2000, p. 52) sobre as responsabilidades acrescidas de um canal público, “devido ao seu dever, de apresentar a realidade longe dos ritmos e registos de intimidade, sensacionalismo, emoção e crescente espectacularidade.”

Já no domínio da opinião, a RTP1 demarcou-a significativamente mais vezes de forma clara, embora também tenha sido o canal em que com mais frequência não foi efetuada a distinção. Além de ser o canal que mais vezes não identificou a autoria das opiniões, a RTP1 atribuiu menos vezes opiniões de forma clara e mais vezes de forma difusa do que a TVI. Ainda que incidindo na atribuição de todo o tipo de declarações (e não apenas de opiniões), o estudo de Lewis e Brookes (2004) sobre a cobertura da guerra no Iraque de 2003 concluiu, ao observar uma reduzida utilização de fontes identificadas, que “as afirmações feitas na vasta maioria das histórias não foram sustentadas por uma fonte atribuível” (p. 290).

Tratando-se de “um vetor central para avaliar a qualidade do Jornalismo” (Lopes, 2016, p. 180), as fontes de informação são decisivas no estudo da cobertura de conflitos, do ponto de vista deontológico, mas também das representações mediáticas. Nestas ocasiões, o Jornalismo “costuma depender de informação especializada, especialmente (...) fornecida pelo governo ou autoridades nas zonas de guerra, sejam os militares, sejam outros protagonistas da guerra” (Ibrahim et al., 2011, p. 3). O que se observou na TVI foi um recurso mais frequente a fontes políticas e militares – ucranianas e russas e ucranianas na mesma peça. Tal pode justificar-se por um maior cuidado em obter o contraditório em relação à informação recebida de um dos lados.

Na variável “audição de partes com interesses atendíveis”, tal como na identificação das fontes jornalísticas, é o operador público que obtém melhor resultado. O Telejornal diversificou quer a tipologia quer a nacionalidade das fontes consultadas, já que utilizou mais fontes de partes não envolvidas diretamente no conflito, bem como fontes russas isoladamente. No estudo já referido, Lewis e Brookes (2004), aludem ao silenciamento de uma parte – no caso, das vozes iraquianas civis – e ao domínio das fontes do lado da aliança liderada pelos EUA. Importa, contudo, levantar a questão presente no estudo de Hayes e Guardino (2010, p. 72): incluir aproximadamente as mesmas perspetivas contrárias à dominante sugere que “os atores de todo o espectro político receberam a mesma oportunidade de expressar as suas visões divergentes sobre a guerra”? Os autores respondem de forma sintética: “não exatamente”.

A quase total exclusão dos separatistas das autoproclamadas repúblicas, verificada no presente estudo, vai ao encontro das conclusões do desenvolvido por Rekalde (2003, p. 69) a respeito do tratamento noticioso do jornal espanhol *El País* ao conflito basco, em que se constatou a utilização de fontes do Estado Espanhol – que o jornal promovia e credibilizava – o dobro das vezes em que optou por fontes bascas, desqualificando-as.

Numa análise às limitações do Jornalismo em situações de guerra, Hummel (2013) destaca as condições de trabalho dos jornalistas como fator determinante na qualidade da cobertura, designadamente o tempo disponível para investigação, o orçamento, a organização e as infraestruturas no terreno. “Quanto menos recursos os jornalistas têm (isto é, tempo, dinheiro, conhecimento), mais atenção prestam aos estereótipos habituais dos conflitos em geral (...) como: dicotomias (bons vs. maus), miséria humana (‘sangue nas ruas’, destruição) ou estereótipos iconográficos” (Hummel, 2013, p. 326). Filipe Caetano referiu, inclusive, ter dito às autoridades russas que, se queriam ver o seu ponto de vista representado mediaticamente, teriam de conceder aos jornalistas o mesmo tipo de acesso à informação assegurado pelo lado ucraniano.

Dos assuntos centrais presentes nos títulos, sobressaem quatro temáticas principais: movimentações militares, respostas armamentistas e sanções, fuga de civis ucranianos e plano diplomático internacional. Enquanto a RTP1 distribuiu de forma mais igualitária as quatro temáticas, a TVI atribuiu prevalência aos oráculos sobre o campo de operações militares – seguindo a tendência de centrar a cobertura no conflito bélico em si, no mesmo sentido dos média televisivos britânicos durante a guerra no Iraque em 2003 (Lewis & Brookes, 2004). Esta aparente preferência da TVI por orientar a cobertura jornalística para os aspetos mais violentos da guerra parece enquadrar as peças do Jornal das 8 no modelo de Jornalismo de Guerra (Galtung, 2003).

Na representação de atores sociais nos oráculos das peças, os dois canais revelaram distribuições aproximadas. As semelhanças na escolha dos atores a noticiar podem ser compreendidas à luz do facto de a RTP1 e TVI serem canais de informação portugueses, partilhando uma estreita proximidade cultural: “os média cobrem normalmente a guerra do ponto de vista do país em que eles e os seus principais proprietários e leitores estão sediados, refletindo o ponto de vista do governo desse país e das suas elites de política externa” (Boyd-Barrett, 2004, p. 29).

Quanto à adjetivação, constatou-se que foi mais usada pela TVI. Predominam adjetivos de cunho negativo tanto no Telejornal como no Jornal das 8. Como defende Entman (1991), a escolha dos adjetivos utilizados nos discursos mediáticos contribui para o processo de construção do enquadramento noticioso.

Outra circunstância verificada foi a constante individualização de figuras políticas – sobretudo os presidentes russo e ucraniano – enquanto a sociedade civil, salvo exceções, surgiu representada genericamente quer na RTP1, quer na TVI. Uma diferença, porventura surpreendente, prende-se com o número de vezes que Vladimir Putin foi referido, de forma específica e individual, em relação ao seu homólogo ucraniano: o triplo. Estes resultados parecem corresponder à constatação de Hayes e Guardino (2010, p. 62): “mais atenção é atraída para personalidades excêntricas de líderes e para aspetos de aparente desvio cultural e social”.

As imagens transmitidas seguiram uma tendência semelhante no que respeita à distância social e ao enquadramento dos alvos valorativos presentes. Contrariando a cobertura imagética da guerra do Golfo em 1991, “vazia de vida” (Horten, 2011, p. 38), as imagens de pessoas, *bunkers* e destroços na Ucrânia foram mostradas de forma próxima e íntima. Com efeito, a cobertura do conflito russo-ucraniano, por parte de ambos os canais e no período em análise, aproximou-se da realizada sobre o assassinato de um greco-cipriota pelas tropas do norte do Chipre, ocupado pela Turquia, em 1996. À semelhança do que então se verificou, os média veicularam um discurso característico do heroísmo trágico, utilizando “um espetáculo traumático para produzir imaginações coletivas da nação como fonte de ação heroica” (Chouliaraki, 2009, p. 525). Esta é uma análise pertinente já que, como salienta Brandão (2005, p. 219), “a imagem da realidade que [a televisão] configura aos telespetadores dá a constante sensação de nos colocar sempre perante uma verdadeira e decisiva visão do mundo”.

Considerações finais

A presente pesquisa procurou preencher uma lacuna: o nível ainda deficitário de produção académica sobre a cobertura jornalística do conflito bélico entre a Ucrânia e a Rússia, particularmente visível no campo ético-deontológico. Ao empreender este exercício, foi possível avaliar não apenas as opções adotadas nos programas objeto de análise, mas também o impacto do conjunto de constrangimentos que o jornalista enfrenta em contexto de guerra, suscetível de comprometer o respeito pelos princípios éticos, precisamente quando se apela a um aumento da sua responsabilidade social.

No âmbito do debate para o qual procurámos contribuir, sugere-se a inclusão, em investigações futuras, da análise dos média digitais e de novas variáveis, como as construídas por Hayes e Guardino (2010). O estudo incidiu na cobertura realizada por dois canais televisivos portugueses (RTP1 e TVI) durante a primeira semana da invasão da Ucrânia. Embora o intervalo temporal corresponda ao período porventura mais crítico da cobertura mediática, não é legítimo extrair conclusões taxativas. Propõe-se, assim, uma investigação mais alargada, quer em termos de período, quer de canais, já que a própria evolução do conflito pode influenciar a produção noticiosa.

Referências Bibliográficas

- Allan, S. (2004). The culture of distance. Online reporting of the Iraq war. In S. Allan, & B. Zelizer (Eds.), *Reporting war: journalism in wartime* (pp. 347-365). Routledge.
- Allan, S., & Zelizer, B. (2004). Rules of engagement: Journalism and war. In S. Allan & B. Zelizer (Eds.), *Reporting war: Journalism in wartime* (pp. 3-21). Routledge.
- Amer, M. (2017). Critical discourse analysis of war reporting in the international press: the case of the Gaza war of 2008–2009. *Palgrave Communications*, 3(13), 1-11. <https://doi.org/10.1057/s41599-017-0015-2>
- Barbosa, M. (2012). Nós e eles: responsabilidade social dos media na construção de uma cidadania culturalmente inclusiva. *Comunicação e Sociedade*, 21, 231-240. [https://doi.org/10.17231/comsoc.21\(2012\).711](https://doi.org/10.17231/comsoc.21(2012).711)
- Bateson, G. (1987). A theory of play and fantasy. In G. Bateson (Ed.), *Steps to an Ecology of Mind. Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology* (pp. 183-198). Jason Aronson Inc.
- Bernstein, A. (2002). Representation, identity and the media. In C. Newbold, O. Boyd-Barrett, & H. V. D. Bulck (Eds.), *The Media Book* (pp. 259-317). Arnold.
- Boyd-Barrett, O. (2004). Understanding: The second casualty. In S. Allan, & B. Zelizer (Eds.), *Reporting war: journalism in wartime* (pp. 25-42). Routledge.
- Branco, C. (2018). O conflito ucraniano – um produto da ação geoestratégica das grandes potências. *Janus*, 38-39. <http://hdl.handle.net/11144/4844>
- Brandão, N. G. (2005). *Prime time: do que falam as notícias dos telejornais?* Casa das Letras.
- Brandão, N. G. (2010). *As notícias nos telejornais. Que serviço público para o século XXI?* Guerra e Paz.
- Cardoso, G. L. (2006). *Os media na sociedade em rede*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2023). *Digital News Report Portugal 2023*. OberCom. https://obercom.pt/wp-content/uploads/2023/06/DNRPT_2023_Final_15Junho.pdf
- Chausovsky, E. (2022, Abril 21). *The Russia-Ukraine conflict: Accelerating a multi- Polar World. Aljazeera Centre for Studies*. <https://studies.aljazeera.net/en/analyses/russia-ukraine-conflict-accelerating-multi-polar-world>
- Chouliaraki, L. (2009). Journalism and the visual politics of war and conflict. In A. Stuart (Ed.), *Routledge Companion to News and Journalism* (pp. 520-533). Routledge.
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e mercado. Os novos desafios colocados à formação*. Labcom.
- Cruz, C. (2008). *A telerealidade: uma abordagem hermenêutica da construção social da realidade pela informação televisiva de actualidade*. Edições ISCSP.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (s. d.). *Rigor informativo e Isenção*. <https://www.erc.pt/pt/em-foco/rigor-informativo>
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2018). *Relatório de Regulação 2017*. <https://www.erc.pt/documentos/Relatorios/ERCRelatoriodeRegula%C3%A7ao2017.pdf#page=95>
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2022). *Guia de boas práticas para a cobertura informativa televisiva de guerras e conflitos armados*. <https://www.erc.pt/documentos/GuiaBoasPr%C3%AaticasGuerraeConflitosArmados.pdf>
- Entman, R. M. (1991). Framing U.S. coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents. *Journal of Communication*, 41(4), 6-27. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1991.tb02328.x>
- Fidalgo, J. (2009). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fino, C. (2003). A guerra em directo. Verbo.

- Fino, C. (2003). *A guerra em directo*. Verbo.
- Fontcuberta, M. (2002). *A notícia. Pistas para compreender o mundo* (2ª ed.). Editorial Notícias.
- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95(1), 1-37. <https://doi.org/10.1086/229213>
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Northeastern University Press.
- Hall, S., Chritcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (2ª ed., pp. 224-248). Vega.
- Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. Edward Arnold.
- Harcup, T., & O’Neill, D. (2001). News values and selectivity. In K. Wahl-Jorgensen, & T. Hanitzsch (Eds.), *Handbook of Journalism Studies* (pp. 161-174). Routledge.
- Harcup, T., & O’Neill, D. (2017). What is news? News values revisited (again). *Journalism Studies*, 18(12), 1470-1488. <http://dx.doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>
- Hartley, J. (1982). *Understanding news*. Routledge.
- Hayes, D. & Guardino, M. (2010). Whose views made the news? Media coverage and the march to war in Iraq. *Political Communication*, 27(1), 59-87. <https://doi.org/10.1080/10584600903502615>
- Horten, G. (2011). The Mediatization of war: A comparison of the american and german media coverage of the Vietnam and Iraq wars. *American Journalism*, 28(4), 29-53. <https://doi.org/10.1080/08821127.2011.10677801>
- Hummel, R. (2013). Limitations of journalism in war situations: A case study from Georgia. In J. Seethaler, M. Karmasin, G. Melischek, & R. Wöhlert (Eds.), *Selling war. the role of the mass media in hostile conflicts from world war i to the ‘War on Terror’* (pp. 315-330). Intellect.
- Ibrahim, F., Pawanteh, L., Peng Kee, C., Basri, F. K. H., Hassan, B. R. A., & Mahmud, W. A. W. (2011). Journalists and news sources: Implications of professionalism in war reporting. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, 16(3), 1-12. <https://innovation.cc/document/2011-16-3-4-journalists-and-news-sources-implications-of-professionalism-in-war-reporting/>
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (2006). *Reading images: The grammar of visual design* (2ª ed.). Routledge.
- Lee, W. (2020). Peace Journalism. In W. Lee, & C. G. Christians (Eds.), *The Routledge Handbook of Mass Media Ethics* (pp. 356-373). Routledge.
- Lei n.º 27/2007 (2007). Diário da República: Série I, n.º 145/2007.
- Lewis, J. & Brookes, R. (2004). How british television news represented the case for the war in Iraq. In S. Allan, & B. Zelizer (Eds.), *Reporting war: Journalism in wartime* (pp. 283-300). Routledge.
- Lopes, F. (2016). Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. *Observatorio (OBS*) Journal*, 10(4), 180-191. <https://doi.org/10.15847/obsOBS1042016951>
- Marques, S. (2017). “Espelho meu, espelho meu, haverá alguém mais belo do que eu?” – Representações mediáticas da ‘raça’. *Media & Jornalismo*, 17(31), 117-130. https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_8
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Murray, C., Parry, K., Robinson, P., & Goddard, P. (2008). Reporting Dissent in Wartime: British Press, the Anti-War Movement and the 2003 Iraq War. *European Journal of Communication*, 23(1), 7-27. <https://doi.org/10.1177/0267323107085836>
- Nygren, G., Glowacki, M., H. J., Kiria, I., Orlova, D. & Taradai, D. (2016). Journalism in the crossfire. Media coverage of the war in Ukraine in 2014. *Journalism Studies*, 19(7), 1-20. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1251332>
- Pereira, C. S. (2014). A guerra espectáculo. *Janus*, 154-155. <http://hdl.handle.net/11144/2906>
- Pereira, C. S. (2014). Jornalistas e militares em cenário de guerra. *Janus*, 156-157. <http://hdl.handle.net/11144/2907>

- Pereira, C. S. (2014). Ucrânia: crónica de uma crise anunciada. *Revista de Ciências Militares*, II(2), 337-359. <http://hdl.handle.net/10400.26/36396>
- Rekalde, A., & Pereira, R. (2003). *O novo jornalismo fardado: El País e o nacionalismo basco*. Campo das Letras.
- Robinson, P. (2004). Researching US media-state relations and twenty first century wars. In S. Allan, & B. Zelizer (Eds.), *Reporting War: journalism in wartime* (pp. 96-112). Routledge.
- Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias da comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade* (3ª ed.). Presença.
- Sindicato dos Jornalistas. (2017, Outubro 30). *Código Deontológico*. <https://jornalistas.eu/codigo-deontologico/>
- Sousa, J. P. (2000). *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. MinervaCoimbra.
- Stănescu, G. C. (2015). Breaking News and News Alert, between Information and Spectacle for Rating. *Social Sciences and Education Research Review*, 2(2), 81-91. <https://ideas.repec.org/a/edt/jsserr/v2y2015i2p81-91.html>
- Tuchman, G. (1978). *Making news. A study in the construction of reality*. The Free Press.
- Wafa, M. (2019). Persuasion in T. V. advertisements: A multimodal analysis of the visual tactics in the official commercial of telecom’s Egypt mobile network ‘We’. *Cairo Studies in English*, 2019(2). <http://hdl.handle.net/10.21608/CSE.2019.66658>
- White, A. (2016). Ethical choices when journalists go to war. In D. Fabijanic, C. Spahr, & V. Zlatarsky (Eds.), *Conflict reporting in the smartphone era: From budget constraints to information warfare* (pp. 40-50). Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Williams, K. (1992). Something more importante that truth: ethical issues in war reporting. In A. Belsey, & R. Chadwick (Eds.), *Ethical issues in journalism and the media* (pp. 113-125). Routledge.
- Wolf, M. (1995). *Teorias da Comunicação* (4ª ed.). Presença.
- Wu, H. D. (2002). Systemic determinants of international news coverage: A comparison of 38 countries. *Journal of Communication*, 50(2), 110–130. <https://doi.org/10.1093/joc/50.2.110>